

# PROPOSTA DE PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

(versão zero, em construção)

*“A transformação de um longo amanhecer para o País tem que ser obra inescapável da força coletiva da sociedade brasileira”*

***Celso Furtado***

## SUMÁRIO

Introdução

1. Visão de Futuro
2. Políticas Econômicas
3. Infraestrutura
4. Atividades Produtivas
5. Educação
6. Seguridade Social
7. Estado, Federalismo e Gestão

## INTRODUÇÃO

Esta Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento, doravante chamada Proposta de PND, foi elaborada no âmbito do Fórum de Planejamento e Desenvolvimento Nacional (FPDN), que reúne as associações de servidores de carreiras ligadas a planejamento e desenvolvimento. A missão do FPDN é zelar pelo cumprimento do Art. 3º da Constituição Federal, que estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para efetivar tais objetivos, as associações reunidas no FPDN construíram esta Proposta de PND, visando subsidiar a sociedade brasileira e seus representantes eleitos no que se refere ao cumprimento da Constituição Federal, particularmente em seus artigos 21, inciso IX; 43, parágrafo 1º, inciso II; e 174, parágrafo 1º. Enfatizamos que o inadequado cumprimento destas prerrogativas constitucionais tem resultado em notável falta de coordenação entre as iniciativas de planejamento e desenvolvimento ensaiadas no País. Em síntese, não compreendemos o PND como um fim em si mesmo. Mas, sim, como um instrumento necessário para orientar a elaboração e implementação dos planos plurianuais e dos planos regionais de desenvolvimento, também previstos na Constituição Federal.

Para que esta Proposta de PND seja adequadamente compreendida esclarecemos algumas premissas adotadas:

**1. Entendemos que PNDs são dotados de legitimidade quando expressam os anseios e aspirações de amplos segmentos sociais.** É neste sentido que procuramos incorporar nesta proposta resultados de iniciativas prévias de planejamento que vêm sendo realizadas com crescente engajamento social especialmente desde a promulgação da Constituição Cidadã. Verificamos, no entanto, que tais iniciativas muitas vezes apresentam proposições contraditórias e concorrentes, o que é perfeitamente natural, reflexo que é da diversidade de aspirações políticas e ideológicas que perpassam toda a sociedade. Neste sentido, ainda que não tenhamos a intenção de tratar de forma tecnocrática as complexidades intrínsecas às disputas políticas e ideológicas, entendemos que na condição de servidores públicos reunidos em entidades representativas podemos sim contribuir com a sociedade no esforço de arbitrar sugestões de metas nacionais que tenham a capacidade de formar um todo minimamente coerente e seqüencial, para além da mera sobreposição de fragmentos desconexos de políticas públicas. Evidente que tal esforço, traduzido nesta Proposta de PND, carece de ser avaliado, debatido, atualizado e aperfeiçoado pela sociedade e seus representantes eleitos antes de vir a ser colocado em execução.

**2. Acreditamos que países ainda periféricos como o Brasil necessitam, com urgência, reestruturarem suas forças produtivas e relações sociais tendo como**

**referência planos nacionais de desenvolvimento.** Por uma série de fatores que não cabe aqui mencionar, difundiu-se o discurso pelo qual cabe ao Estado não atrapalhar a ação das corporações privadas, concentrando-se em bem gastar os recursos que arrecada na forma de impostos. A presente Proposta de PND parte de premissa oposta a esta. Entendemos que a dinâmica capitalista a qual estamos inseridos é essencialmente concentradora de renda e riqueza, tanto em termos individuais quanto espaciais, de maneira que ao menos enquanto perdurar a força do binômio Estado-capital caberá à sociedade organizada na forma de entidades estatais zelar pela prosperidade coletiva.

**3. Entendemos o desenvolvimento como a superação dos entraves que dificultam a plena realização das capacidades humanas.** Também por motivos diversos a idéia de desenvolvimento vem sendo acusada como responsável por diferentes mazelas, especialmente aquelas relacionadas à capacidade de suporte do planeta. Compartilhamos das preocupações quanto à importância do convívio harmônico com o meio-ambiente. Justamente por isso entendemos que cabe aos seres humanos bem utilizar as aptidões que os diferenciam das demais espécies vivas para construir no presente um futuro mais próspero e harmônico, desfrutável não apenas por segmentos sociais restritos deste ou de outros países. Ainda que o termo *envolvimento* seja um tanto ambíguo na língua portuguesa, ao longo desta Proposta de PND iremos nos referir ao desenvolvimento no sentido em que esta expressão assume com maior clareza em outros idiomas: *desenrolar*, *desatar nós*, *superar entraves* à realização das capacidades humanas. Por isso esta proposta busca identificar os principais entraves que persistem obstando nosso desenvolvimento nacional, sugerindo metas que tenham a capacidade de orientar a superação destes entraves.

**4. O reconhecimento da relevância da escala nacional.** A quarta premissa essencial para que esta Proposta de PND seja adequadamente compreendida é o reconhecimento de que os temas aqui tratados são fundamentalmente relevantes para escala nacional. Isso precisa estar claro numa época em que o planejamento do desenvolvimento nacional vem sendo relegado a segundo plano, com a ascensão de políticas públicas descentralizadas. Em outras palavras, entendemos que a gestão descentralizada de políticas públicas é um poderoso instrumento para a execução de planos nacionais de

desenvolvimento. Contudo, na ausência destes, a gestão ocorre sem rumo definido, carecendo de harmonização no tempo e no espaço.

Feitos estes esclarecimentos, a seguir apresentamos proposta de visão de futuro referenciada no ano 2030. Na segunda seção tratamos do mix de políticas econômicas necessárias para que o País consolide círculo virtuoso de desenvolvimento com inclusão social. A terceira seção trata da infraestrutura sem a qual as atividades produtivas nacionais permanecerão subaproveitadas. A quarta seção é dedicada aos esforços de agregação às atividades produtivas, de maneira que possamos substituir o modelo primário-exportador por atividades intensivas em tecnologia e conhecimento. Na quinta seção abordamos a Educação, seguida da Seguridade Social e do item Estado, Federalismo e Gestão.

## **1. VISÃO DE FUTURO**

A presente Proposta de PND toma como referência os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expressos no artigo 3º da Constituição Federal, para propor a seguinte visão de futuro: *“O Brasil constituirá uma sociedade livre, justa e solidária, engajada no desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*.

Para que tais objetivos sejam alcançados em um futuro não tão distante é preciso que tenhamos clareza acerca dos obstáculos mais relevantes. É com este intuito que entendemos ser necessário atentarmos para as seguintes tendências mundiais esperadas até o fim da próxima década. Nas seções seguintes estas grandes tendências serão cotejadas com a identificação dos principais pontos de estrangulamento dos temas selecionados a partir da dinâmica sócio-espacial brasileira. Assim, destacamos as grandes tendências mundiais esperadas até 2030:

### **1.1. Multipolarização política e econômica**

Países como China, Brasil, Rússia e Índia continuarão a reivindicar maior representatividade no cenário internacional, chocando-se com a resistência de Estados Unidos, Grã-Bretanha, Israel e França, que não aceitarão ceder voluntariamente seu protagonismo consolidado desde a Segunda Guerra Mundial. A capacidade dos países emergentes em pressionar àquelas nações e alterar o sistema normativo e organizacional a partir do qual o sistema internacional está estruturado, no entanto, estará reduzida em virtude da própria dificuldade dos países emergentes articularem seus interesses, crescentemente divergentes entre si, e, assim, atuarem em bloco na cena internacional.

A persuasão militar continuará sendo central para o exercício de poder, o que exigirá correspondentes investimentos em defesa nacional. No entanto, os Estados mais fracos, inclusive por conta do avanço tecnológico, deterão recursos de dissuasão e poderão oferecer maiores resistências às imposições dos Estados mais fortes. Tenderão a se beneficiar os países que investirem em inteligência, representação diplomática e

cooperação econômica, sendo identificados pelos demais como confiáveis na busca de benefícios compartilhados.

Continuarão em voga os esforços de normatização internacional das relações entre Estados, empresas e indivíduos. O discurso da cooperação internacional continuará sendo acionado para legitimar tentativas oligopolistas de manutenção de privilégios por meio de regulações e acordos internacionais no âmbito dos organismos multilaterais.

Os Estados nacionais, isoladamente e de forma cooperada, se empenharão em recuperar parte do controle sobre suas economias nacionais, especialmente no que se refere ao sistema financeiro e aos recursos naturais, enfrentando resistência dos agentes privados que controlam os grandes conglomerados internacionais. Será ainda maior a concentração econômica em poucas mega-empresas atuantes em cada setor, beneficiando-se para tanto de financiamentos e reservas de mercado proporcionadas pelos Estados nacionais.

## **1.2. Aceleração tecnológica**

O volume de investimentos dos países em Ciência, Tecnologia e Inovação continuará sendo um importante fator para determinar o grau de influência e poder de um país no sistema internacional. Embora, regra geral, os países desenvolvidos continuem investindo muito acima dos demais nessa área, haverá uma grande diferenciação entre os países emergentes em volume de investimento (em termos absoluto e em percentual do PIB) destinado a C,T&I, com a China se aproximando do grupo formado pelas nações mais desenvolvidas.

Nanotecnologia e informática continuarão a transformar os processos físicos e produtivos, sendo fator preponderante na competitividade e oligopolização dos mercados. Biotecnologia e engenharia genética serão fundamentais para a competitividade das empresas agrícolas e de saúde.

Continuará sendo reduzido o intervalo de tempo entre as inovações e suas aplicações.

### **1.3. Agravamento das desigualdades sociais e da pobreza**

Os países periféricos devem crescer mais do que os países centrais, diminuindo a diferença com relação a esses. Mas a distância entre indivíduos ricos e pobres aumentará, especialmente no interior de cada país (inclusive nos países centrais). Crises financeiras e desemprego assolarão tanto os países periféricos quanto os países centrais, com crescente marginalização social e violência.

O acesso aos serviços de educação continuará segregado de acordo com a renda. Foco na competitividade entre escolas, no cumprimento de metas estatísticas e na empregabilidade dos estudantes continuará deixando em segundo plano a formação de seres humanos preocupados com valores éticos e morais, embora vá amadurecendo a consciência social sobre esse processo.

O acesso aos serviços de saúde continuará segregado de acordo com a renda. Catástrofes ambientais, pandemias e novas e antigas doenças tendem a afetar especialmente as populações de baixa renda.

O acesso à habitação e saneamento continuará segregado de acordo com a renda, embora haja uma melhoria nos índices de cobertura desses serviços nos países emergentes. A especulação imobiliária consolida-se como alternativa às incertezas do sistema financeiro.

### **1.4. Agravamento da situação ambiental-energética-alimentar**

A disputa global nessa área estará ainda mais acirrada em 2030. América do Sul e África, que possuem amplos recursos naturais descobertos e por descobrir, serão alvos crescentes de agentes externos públicos e privados.

A indústria do petróleo estará próxima do seu tantas vezes anunciado pico de produção, o que resultará em crescentes ingerências políticas e econômicas junto aos principais países produtores. Ingerências semelhantes são esperadas em nome do acesso à água doce, terras agricultáveis e minerais raros, como o nióbio.

Agricultura orgânica e fontes renováveis de energia deverão ser objeto de subsídios e incentivos fiscais e creditícios.

Aumentará a pressão internacional para aquisição de terras em países periféricos com condições climáticas propícias à produção de alimentos, integrando-os às grandes cadeias transnacionais que tendem a controlar, cada vez mais, a produção e comercialização desses produtos.

### **1.5. Transformações demográficas**

A população mundial aumentará, envelhecerá e será mais urbana, o que demandará modificações profundas no sistema de produção e distribuição de alimentos, no mercado de trabalho, nos sistemas educacional, de saúde e de transportes, na assistência social e no sistema previdenciário.

Fluxos migratórios e medidas xenófobas tendem a se agravar, aumentando o interesse por países que bem recepcionam os imigrantes e as diversidades religiosas e culturais.

A metropolização policêntrica transformará a hierarquia de conexão entre as cidades que articulam e comandam as redes urbanas.

### **1.6. Segurança e Defesa Nacional**

As questões ligadas à segurança e à defesa nacional ganharão destaque na agenda nacional e internacional.

Sob a perspectiva nacional, os desafios colocados quanto à segurança e defesa do território (terrestre, aéreo e marítimo) brasileiro em virtude da existência de importantes reservas de recursos naturais (petróleo, gás, água, urânio, nióbio etc), pelo desenvolvimento da indústria bélica nacional (em articulação com outros países sul-americanos) e pela posição de destaque internacional do Brasil (participação em missões de paz e disputa por áreas de exploração econômica no Atlântico Sul) farão



com que o país invista parcela relevante de seu PIB em políticas públicas voltadas a essas áreas.

Do ponto de vista internacional, a cooperação entre os países será cada vez mais importante em virtude do crescimento no número e na capacidade de organização e de articulação, em nível internacional, das organizações criminosas, muitas das quais com estreitos vínculos com órgãos de inteligência dos países centrais. Essas organizações continuarão encontrando nos fatores ligados ao processo de globalização (desenvolvimento das telecomunicações, desenvolvimento tecnológico de equipamentos e materiais, diminuição dos custos de transportes) importantes oportunidades para suas atividades.

Nesse ambiente de grande desenvolvimento tecnológico ganharão importância os investimentos destinados à segurança cibernética tanto no Brasil quanto nos demais países.

## 2. POLÍTICAS ECONÔMICAS

Uma das características sociais mais notórias do Brasil é sua elevada desigualdade em termos de renda e oportunidades. Os estados das regiões Sudeste e Sul apresentam, em média, as melhores condições de vida do país; o Nordeste, por sua vez, possui os piores indicadores sociais. Dentro de cada região, as populações residentes em grandes cidades têm mais oportunidades de acesso a serviços do que os residentes em pequenos municípios e nas zonas rurais. Em cada um destes contextos territoriais, as populações negras e indígenas apresentam desempenhos inferiores às brancas e amarelas. Há também as desigualdades de gênero: as mulheres têm mais escolaridade do que os homens, mas são menos remuneradas no mercado de trabalho do que eles.

O processo de redemocratização, que culminou com a promulgação da Constituição Cidadã, trouxe consigo a bandeira da inclusão social. Com isso, lançou as bases para o estabelecimento de um novo ciclo de desenvolvimento, que não pode ser pensado sem que se tenha uma resposta para as questões da pobreza e da desigualdade social. Frente a isso, qualquer plano de desenvolvimento deve ter no seu arcabouço o explícito compromisso com as populações até então marginalizadas. No entanto, para que tal compromisso não se reduza à retórica, é preciso que o País disponha de políticas econômicas que estimulem o *desenvolvimento* e disponibilizem recursos orçamentários para a intensificação de políticas públicas voltadas a reduzir essas desigualdades.

O Brasil foi um dos países com maior aumento do PIB *per capita* entre 1900 e 1980, crescendo a uma taxa anual de 3,2% naquele período. A partir do começo da década de 80, passou por uma virtual paralisia de crescimento, que durou quase vinte anos. Entre 1980 e 2000, a taxa anual de crescimento do PIB *per capita* foi de apenas 0,2%. Essa tendência se reverteu no começo do novo milênio. Entre 2000 e 2010, o PIB *per capita* voltou a crescer a uma taxa anual de 2,5%.

Diante das perspectivas pouco animadoras no cenário internacional para esta e a próxima década, abrem-se, no entanto, janelas de oportunidades para que avancem no Brasil agendas de desenvolvimento autônomo e planejado. Esta aparente contradição decorre do padrão histórico de correlação de forças políticas no País. É sabido que nos períodos de crise e recessão internacional as elites brasileiras associadas ao modelo

primário-exportador se deparam com a redução quantitativa e qualitativa dos apoios e incentivos que recebem do exterior. Afinal, em períodos recessivos os nacionais de cada país tendem a concentrar suas atenções em ajustes internos, reduzindo compras e auxílios políticos no exterior.

Trata-se de processo histórico que remonta à colonização européia na Américas, e que tem como paradigma no Brasil o modelo de substituição de importações acionado para enfrentar a crise internacional de 1929. Não é o caso de fazermos aqui uma análise histórica deste processo. Apenas ressaltamos que enquanto prevalecer o binômio Estado-capital os países tendem a buscar para si atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, adquirindo, no exterior, produtos primários de baixo valor agregado. Sendo que os vencedores costumam fazer isso *chutando a escada* pela qual subiram, isto é, recomendando aos demais que abram suas economias ao comércio internacional ao invés de praticarem as políticas protecionistas e intervencionistas que permitiram aos vencedores alcançarem altos padrões de competitividade.

Não há dúvida que o jogo das forças do mercado tende a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais. Isso porque, a partir de uma aglomeração inicial verificada em determinada localidade, ocorrem economias de escala e externalidades tecnológicas, atraindo novos recursos que reforçam circularmente a expansão do mercado. O primeiro empreendedor cria facilidades para a implantação de novos empreendimentos, contribuindo para o sucesso das iniciativas subseqüentes. E sendo as atividades intensivas em tecnologia e conhecimento a força dinâmica nesse processo, as áreas periféricas tendem a permanecer agrícolas se não se organizarem politicamente em sentido contrário. Daí a necessidade da formação de coalizões políticas para reverter esta tendência por meio da intervenção estatal orientada por planos nacionais de desenvolvimento.

Cabe aos Estados nacionais buscar a integração econômica nacional visando uma “harmonia criada”, isto é, uma harmonia que é fruto de interferências políticas da sociedade organizada, pela manipulação das forças de mercado que, entregues a si mesmas, levam à desarmonia. Evidente que esse sentimento de nacionalidade é obstado por interesses sediados nos países colonizadores, que procuram perpetuar as relações de dependência. Daí a assistência aos países mais pobres visar aumentos na produção de bens primários para exportação, enquanto desestimula o crescimento de atividades mais

sofisticadas. Cria-se assim uma situação em que os colonizadores e as empresas a eles associadas resistem a renunciar a seus privilégios. Essa resistência é fortalecida nos períodos de abundância internacional, quando as elites colonizadas dispõem de recursos políticos e financeiros para pautar o imaginário coletivo.

Esta dinâmica não responde a nenhuma ideologia ou teoria específica. É tão somente a História verificada em nosso tempo. E é considerando que a conjuntura internacional abre espaço para o avanço do desenvolvimento soberano e autônomo no Brasil que apresentamos as propostas a seguir para debate e pactuação.

Em síntese, sabe-se que as políticas econômicas cambial, monetária e fiscal geram melhores resultados quando trabalhadas de forma harmônica. Isto é, as três não devem ser ao mesmo tempo contracionistas ou expansionistas. Diante da demora do Banco Central em reduzir a Taxa Selic durante a “crise” de 2008, o Ministério da Fazenda reagiu com medidas fiscais contracíclicas. Foi uma postura necessária e que surtiu efeitos naquela época. No entanto, a continuidade do expansionismo fiscal é prejudicada no Brasil pela forma como vem sendo manejada a política monetária. Nos últimos anos o Tesouro Nacional vem reduzindo moderadamente os desembolsos com juros de 9% para 5% do PIB. Patamar ainda extremamente elevado, posto que a média internacional para este tipo de despesa é de 1,5% do PIB. É este o único ajuste fiscal possível no Brasil, que disponibilizará recursos sem os quais será impossível avançarmos nas metas e ações apresentadas nas próximas seções. A agregação de valor produtivo continuará sendo sonho distante sem revertermos o câmbio sobrevalorizado, as taxas de juros mais elevadas do planeta e a isenção de impostos para exportação que beneficiam produtos agrícolas e minerais. O caminho da agregação de valor é justamente oposto ao que tem trilhado o Brasil nas últimas décadas. Precisamos desvalorizar o câmbio, reduzir as taxas de juros para padrões internacionais e manejar a política fiscal desestimulando a exportação de determinados produtos primários.

#### Princípio básico:

Busca do pleno emprego com redução das desigualdades sociais e regionais.

#### Pontos de estrangulamento:

- Ausência de maioria política comprometida com o desenvolvimento nacional.

- Inserção desfavorável do país na divisão internacional do trabalho. O Brasil exporta produtos primários de baixo valor agregado (ainda por cima isentos de impostos) e importa manufaturados e serviços intensivos em tecnologia.
- Taxas de juros reais mais elevadas do planeta.
- Inflação inercial decorrente da oferta de títulos públicos indexados.
- Agências reguladoras capturadas por interesses privados.
- Estrutura tributária regressiva.

#### Metas:

- Buscar taxas de crescimento do PIB de 7% ao ano.
- Manter a Taxa Selic abaixo de 5% ao ano.
- Manter a inflação (IPCA) abaixo de 5% ao ano.
- Manter a taxa de desemprego abaixo de 5% da PEA.
- Buscar taxa de investimento acima de 25% do PIB.
- Manter taxa de câmbio competitiva entre 2,30 e 2,80 R\$/US\$.
- Manter carga tributária de aproximadamente 35% do PIB.
- Manter a dívida pública abaixo de 35% do PIB.
- Buscar déficit nominal igual a zero, variando circunstancialmente entre -3% a 1% do PIB.
- Buscar taxas de crescimento das exportações de 10% ao ano.
- Buscar superávit nas transações correntes do balanço de pagamentos.
- Buscar déficit comercial igual a zero em manufaturas e bens de capital.

#### Linhas de ação:

- Extinguir a Lei Kandir, substituindo-a por legislação que ofereça estímulos apenas para exportadores de produtos de média-alta e alta intensidades tecnológicas.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Elevar os royalties da mineração de 2% para 20%, de maneira a compensar efetivamente as localidades afetadas pela mineração.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Restringir a exportação de minerais raros, como o nióbio, buscando capturar para o Brasil as cadeias industriais de transformação que o utilizam.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Buscar a repartição mais equitativa dos royalties do petróleo, vinculando legalmente os mesmos a gastos com educação, saúde, saneamento básico e P&D de interesse social.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2012.

- Taxar com alíquotas mais elevadas de IOF e Imposto de Renda as aplicações em títulos públicos e bolsa de valores com resgate inferior a 2 anos.

**Responsável:** Ministério da Fazenda. **Prazo:** dezembro de 2012.

- Taxar com IOF e Imposto de Renda os derivativos (estabelecendo as condições específicas para a sua negociação, como, por exemplo, fixar limites, prazos e condições para esses contratos).

**Responsável:** Ministério da Fazenda. **Prazo:** dezembro de 2012.

- Articular mudanças no sistema tributário para que o mesmo se torne progressivo, apoiado em maior medida em impostos sobre a renda e o patrimônio.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Tesouro Nacional ofertar apenas títulos públicos pré-fixados. As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), que estão indexadas à Selic, e as Notas do Tesouro Nacional (NTNs), quando indexadas ao IPCA, devem deixar imediatamente de ser emitidas. Só assim será possível iniciar nova rodada de desindexação da economia brasileira, que deve começar pelos títulos públicos, passar pelos preços administrados e só por último chegar aos reajustes de trabalhadores e aposentados, eliminando assim os resíduos de inflação inercial.

**Responsável:** Ministério da Fazenda. **Prazo:** dezembro de 2012.

- Aprovar projeto de lei proibindo que o Estado brasileiro assine ou renove contratos com cláusulas de indexação à índices de inflação em qualquer um dos seus níveis (federal, estadual, e municipal). Isso não significa que os preços contratados não possam

ser revisados tomando-se em conta a inflação. Isso continuará a ser feito, porém não mais de acordo com um único índice, mas sim levando-se em conta a estrutura de preços que incide mais diretamente sobre sua atividade e os ganhos de eficiência e produtividade.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2012.

- Instalar um Conselho de Monitoramento do Investimento Estrangeiro no Ministério da Fazenda, algo similar ao Committee on Foreign Investment do Departamento do Tesouro dos EUA.

**Responsável:** Ministério da Fazenda. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Reduzir o spread bancário para valores próximos da média internacional.

**Responsável:** Bancos públicos e privados. **Prazo:** dezembro de 2015.

### 3. INFRAESTRUTURA

Especialmente em países ainda periféricos como o Brasil o desenvolvimento avança em grande medida com a mobilização de recursos e aptidões que se encontram ocultos, dispersos ou mal empregados. Esse processo se manifesta por meio do desequilíbrio entre atividades produtivas e a disponibilidade de infraestrutura. Isto é, investimentos em atividades produtivas estimulam ofertas adicionais de serviços de infraestrutura, que por sua vez animam a realização de novos investimentos em atividades produtivas. As seqüências eficientes variam de uma região a outra e de um a outro país, dependendo da localização e da persistência das principais dificuldades do *desenvolvimento*.

Para inovar é preciso conhecer, para conhecer é preciso produzir, para produzir é preciso ter lucro e para ter lucro é preciso ter custos competitivos em relação a países que já dominam certas tecnologia há décadas e, por isso, desfrutam de ganhos de aprendizagem, escala e barreiras à entrada já consolidados. Para produzir, substituir importações de países dominantes e ainda exportar é preciso antes de tudo ter custos competitivos.

Para um país periférico a forma mais rápida, fácil e barata de se conseguir custos competitivos é dispor de baixos custos de mão-de-obra e matérias-primas. Se o país pode produzir matérias-primas minerais, energéticas ou agrícolas a custos inferiores ao preço internacional, poderá oferecê-las ao processamento industrial em seu país a preços pouco acima do preço de custo. Para isso, as medidas básicas são os impostos de exportação sobre produtos primários e o controle estatal sobre as empresas que ofertam infraestrutura. Todas as nações atualmente tidas como desenvolvidas adotaram estes procedimentos em suas trajetórias.

As atividades de infraestrutura em particular resultam normalmente de monopólios naturais ou de oligopólios, o que confere às empresas inegável margem de manobra na formação de preços. Preços altos, como os praticados no Brasil pós-privatização, significam demanda reduzida, pouco investimento e pequena capacidade instalada. Além disso, reduzindo os investimentos e defasando a estrutura produtiva as empresas privadas obtêm lucros elevados. Por isso a exploração de matérias-primas



como metais, minérios e combustíveis precisa ser estatal, semi-estatal ou estar sob controle estatal, zelando pela manutenção de custos baixos para consumidores e produtores que se utilizam dessas matérias-primas. É urgente revertermos este quadro, oferecendo energia, transportes, telecomunicações, alimentação e moradia a preços acessíveis para o conjunto da população.

Há que se considerar também que investimentos em sistemas de energia, transportes e comunicações mais eficientes tendem a incentivar a *integração regional*, mas não necessariamente estimulam o *desenvolvimento regional*. Afinal, podem ampliar a concentração espacial de poder e renda, prejudicando áreas específicas. Indústrias nascentes necessitam de um período de proteção e estímulo para ganharem escala e competitividade. O mesmo acontece em termos espaciais, pois integrações precoces podem interromper a consolidação de estruturas produtivas regionais.

Como as estradas, por exemplo, são vias de mão dupla, as reduções nos custos de transporte resultam em um efeito dúbio: aumenta a competitividade das firmas periféricas nos mercados centrais, mas também aumenta a competitividade das firmas sediadas nestes centros que passam a concorrer em melhores condições com as pequenas e médias empresas que atuam nas áreas periféricas. Como as especialidades produtivas sediadas nas áreas centrais costumam apresentar maior valor agregado do que as sediadas nas áreas periféricas, não raro as melhorias de acessibilidade acabam prejudicando as pequenas e médias atividades locais.

Raciocínios semelhantes podem ser feitos para o setores de energia (cujas fontes geradoras costumam desconsiderar as necessidades das populações locais) e comunicações (que tradicionalmente consistem na difusão de técnicas e conteúdos já obsoletos nos países e regiões centrais, com assimilação/incorporação pasteurizada em áreas periféricas que, dessa forma, encontram dificuldades para fazer valer suas necessidades e formas de expressão informativas e culturais).

Por isso é importante fazermos distinção entre sistemas de infraestrutura inter-regionais (conectam distintas regiões) e sistemas intra-regionais (conectam locais dentro de uma determinada região). Geralmente o desejável em projetos nacionais de desenvolvimento é buscar um equilíbrio entre as duas abordagens. É seguindo esta premissa que apresentamos as proposições a seguir.

### Princípio básico:

Dotar o Brasil de infraestrutura adequada para a promoção do desenvolvimento com inclusão social, desconcentração espacial e integração sul-americana.

### Pontos de estrangulamento:

- Padrão de infraestrutura voltado para a exportação de produtos primários e importação de produtos de alto valor agregado.
- Concentração espacial dos ativos de infraestrutura em área litorâneas e metropolitanas.
- Concentração do acesso a níveis aceitáveis de infraestrutura restrita aos estratos sociais de maior renda.
- Margens de lucro excessivamente altas praticadas pelas empresas privadas que desfrutam de monopólios e oligopólios na prestação de serviços de infraestrutura.
- Ainda que haja muito que fazer em termos de pavimentação, duplicação e demais melhorias, a matriz de transportes brasileira é excessivamente centrada no modal rodoviário, com impactos ambientais e crescentes congestionamentos.

### Metas:

- Reduzir as tarifas de energia elétrica para pelo menos 30% do valor atual.
- Reduzir as tarifas de gás natural para pelo menos 30% do valor atual.
- Acelerar a implantação de veículos movidos à energia elétrica (especialmente em transportes públicos)

### Linhas de ação:

- Contratação de estudo de viabilidade para a integração das bacias do Orenoco, Amazonas e Prata.

**Responsável:** Ministério dos Transportes e BNDES. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Construção das eclusas de Itaipu.

**Responsável:** Ministério dos Transportes e Itaipu binacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Construção das eclusas do Complexo do Rio Madeira

**Responsável:** Ministério dos Transportes. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Quintuplicar os investimentos públicos anuais nos portos e vias navegáveis fluviais e marítimas, garantindo condições adequadas de navegabilidade para transporte de cargas e passageiros.

**Responsável:** Ministério dos Transportes, Marinha do Brasil e Governos Estaduais.

**Prazo:** dezembro de 2022.

- Construir a ferrovia bioceânica Paranaguá-Antofagasta, passando por Foz do Iguaçu.

**Responsável:** Ministério dos Transportes, BNDES e Governo do Estado do Paraná.

**Prazo:** dezembro de 2015.

- Quintuplicar os investimentos públicos anuais para efetivar as conexões ferroviárias e plataformas intermodais entre a bioceânica Paranaguá-Antofagasta e as ferrovias Norte-Sul, Nova Transnordestina, Integração Oeste-Leste, Integração Centro-Oeste e Ferrosul.

**Responsável:** Ministério dos Transportes, BNDES e Governos Estaduais. **Prazo:**

dezembro de 2022.

- Contratar estudo de viabilidade para a retomada do uso de dirigíveis e outros meios não convencionais de transporte aéreo.

**Responsável:** Ministério dos Transportes e BNDES. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

**Responsável:** Secretaria de Aviação Civil, BNDES e Governos Estaduais. **Prazo:**

dezembro de 2022.

- Reinstaurar o ICMS sobre a exportação de petróleo através da revogação completa ou parcial da lei Kandir, ou então criar outro imposto relevante sobre exportação de petróleo.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

Aumentar o conteúdo nacional no fornecimento de equipamentos da indústria de petróleo para 75%.

**Responsável:** Petrobras e empresas privadas. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Chegar a 40 milhões de domicílios com Internet Banda Larga fixa de pelo menos 10 Mbps

**Responsável:** Ministério das Comunicações, Telebras e empresas privadas. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Quintuplicar as entidades beneficiárias de concessões públicas de rádio e televisão.

**Responsável:** Ministério das Comunicações e Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Disponibilizar taxas de juros reais próximas de zero para aquisição e reforma de moradias que recebam selo de sustentabilidade ambiental.

**Responsável:** Caixa Econômica Federal.

- Ofertar condições adequadas de saneamento básico para a totalidade de municípios brasileiros, contemplando a totalidade de áreas identificadas pelos governos estaduais como de povoamento desejável e ambientalmente sustentável.

**Responsável:** Ministério das Cidades e Governos Estaduais. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Quintuplicar com conforto e segurança os passageiros atendidos por trens urbanos e metrô em todas as áreas metropolitanas.

**Responsável:** Ministério das Cidades, BNDES e Governos Estaduais. **Prazo:** dezembro de 2022.

#### 4. ATIVIDADES PRODUTIVAS

Políticas econômicas contracionistas tendem a sobrecarregar de expectativas o papel potencial dos arranjos produtivos locais e dos incrementos de eficiência na gestão. Por isso precisamos ter cuidado com os discursos que supõem serem os acréscimos de investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação capazes de ativarem ciclos sustentáveis de desenvolvimento. Por outro lado, em se fazendo os ajustes de políticas econômicas mencionados anteriormente, será possível pensarmos seriamente na agregação de valor às atividades produtivas.

Até o final do século XVI sucessivos incrementos técnicos fizeram as atividades produtivas avançarem lentamente nos mais diferentes lugares do planeta. O século XVII, no entanto, presenciou especialmente na Inglaterra revolução comercial sem precedentes na história da humanidade. Não tanto pelas invenções de maquinaria e energia a vapor, como convencionalmente se supõe, mas principalmente pelo surgimento da moderna estrutura organizacional de negócios. Todas as instituições necessárias para o capitalismo se expandir e conquistar o mundo foram criadas na Inglaterra no século XVII. Até então a noção feudal era de que a propriedade se definia em termos de coisas físicas, concretas, o direito de uma pessoa de possuir uma parcela de terra ou bens móveis. Essa noção feudal foi substituída por uma série de atos normativos inicialmente na Inglaterra, depois em todo o mundo, instaurando o sistema capitalista, que se sustenta na propriedade de bens imateriais.

Com o capitalismo a estrutura produtiva passa se pautar em oportunidades de mercado, não só em coisas físicas. Ganham destaque neste novo sistema: o direito de vender parcela de um negócio; a marca registrada, como prevenção de concorrência por cópia de nome; o direito de patente, como proteção em caso de se inventar um novo processo tecnológico; e o *copyright*, em caso de se escrever um livro novo. Esses foram os mecanismos que possibilitaram o capitalismo a levar seus negócios adiante, tomar empréstimos e se apropriar de bens físicos. A partir deste sistema o mundo entra em um período de grande abundância material, radicalizando as disparidades econômicas entre indivíduos e países.

Desde então o mundo se depara com controvérsias práticas entre humanizar o capitalismo e substituí-lo por algum sistema supostamente mais socializante e solidário. A presente proposta de PND, no entanto, não tem a pretensão de sugerir alguma

inovação teórica ou civilizatória. Buscamos aqui tão somente elencar pontos de estrangulamento e sugestões de metas e ações para uma inserção do Brasil mais soberana e inclusiva em um cenário internacional ainda marcado pelo binômio Estado-capital. Isso não quer dizer, no entanto, que em termos de atividades produtivas, foco desta seção, não possamos esboçar diretrizes para um padrão civilizatório ainda por ser construído.

É o que tentaremos sinalizar a seguir, considerando que a fronteira científica residirá na integração de disciplinas como as tecnologias da informação e comunicação, biotecnologia, nanotecnologia e áreas da ciência dos materiais e energias limpas, mas também com crescente importância das ciências sociais nas análises à montante e à jusante do desenvolvimento tecnológico. Espera-se, por exemplo, crescente importância do desenvolvimento tecnológico voltado à normalização e certificação de qualidade de produtos/processos industriais e agrícolas.

Neste novo padrão civilizacional, algumas áreas merecem destaque. É o caso do complexo de saúde, por sua capacidade de mediar a articulação entre sistema de inovação e sistema de bem-estar social. O ensino técnico, por sua capacidade de produção, absorção e disseminação de soluções tecnológicas para o setor produtivo e de elevação da qualificação da mão-de-obra. As tecnologias de baixo custo em saneamento, tratamento e descontaminação de águas. Os setores de alta e média/alta intensidade tecnológica, tais como aeroespacial, informática, eletrônica, telecomunicações, farmacêutica, instrumentos científicos, maquinário, química fina, equipamentos de transporte, por sua capacidade de absorção e difusão tecnológica, bem como por seu alto grau de penetração em outros setores e condições de induzir a reversão da balança de intensidade tecnológica. A biotecnologia, especialmente em áreas em que o país já alcançou realizações e demonstrou capacidade de liderança em pesquisa, como genoma e parasitologia, por sua capacidade de ampliar espaços internacionais de articulação e dar conta de problemas decisivos como doenças negligenciadas e doenças relacionadas ao envelhecimento da população. Alimentos nutracêuticos, orgânicos e com denominação de origem, por sua importância crescente no atendimento às demandas de melhoria dos cuidados com saúde, alimentação e qualidade de vida em geral. A nanotecnologia, dadas as possibilidades de deslocamento das indústrias tradicionais como a siderurgia e metalurgia, nas quais o país tem grande peso, para novos materiais. E energias limpas, pelas vantagens adquiridas em

experiências anteriores (álcool como alternativa à gasolina), pelo enorme potencial dado pelas características continentais do país, destacando a energia solar, e pela liderança já adquirida pela Petrobras em tecnologia no critério de patentes.

Princípio básico:

**Colocar o sistema de ciência, tecnologia e inovação a serviço de um novo padrão de desenvolvimento**, o que pressupõe construção combinada entre sistemas de inovação e sistemas de bem-estar social. É prioritário o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para as áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, transporte urbano, agricultura familiar, segurança alimentar, água e energias renováveis. É preciso incentivar a produção e difusão de conhecimento tecnológico que permita afastar o aparato produtivo da especialização em *commodities* e o direcione a especialidades que, em vez de competir com tecnologias atrasadas e em setores maduros em que a competitividade é espúria, façam parte de setores mais avançados, em que há maiores oportunidades tecnológicas. Por exemplo, a importação de um satélite equivale, por cada quilo de peso, à exportação de cerca de 170 mil quilos de aço. Daí voltar-se para setores como a indústria aeroespacial, eletrônica, nuclear, de biotecnologia e *software*, nos quais o país tem boas condições de começar a reverter a balança de intensidade tecnológica e já dispõe de base produtiva adequada e condições eficientes de produção.

Pontos de estrangulamento:

- Crença de que é possível inovar sem dominar as técnicas já existentes e consolidadas, em especial em setores de alta tecnologia altamente concorridos e que recebem elevados subsídios mesmo nos países que os dominam há décadas.
- Ausência de canais de interação entre ciência, progresso técnico, crescimento econômico e construção de capacidades humanas.
- Massa crítica insuficiente para detonar um padrão de interação entre ciência e tecnologia, característico de países com sistemas de inovação maduros.
- Ausência de programas nacionais mobilizadores que viabilizem o desenvolvimento tecnológico de alta visibilidade e impacto econômico e social.
- Níveis insuficientes de formação básica e capacitação da mão-de-obra e de formação empreendedora.

- Carência de instrumentos de proteção da propriedade intelectual e de apropriação do conhecimento.
- Limitações no financiamento da modernização e da inovação tecnológica.
- Baixa participação das empresas privadas na pesquisa e desenvolvimento aplicada ao setor industrial.
- Crise do aparelho estatal de pesquisa e extensão agropecuária, este último vital para possibilitar o acesso das famílias rurais ao conhecimento e aos resultados da pesquisa agrícola.
- Exclusão digital.
- Preconceitos que impedem o movimento da estrutura produtiva em direção a outro patamar de relações com a inovação.

#### Metas:

- Minorar as desigualdades regionais na infraestrutura científica e tecnológica.
- Construir uma necessária diversidade (diferenciação, descentralização) no sistema de inovação e sua aplicação direta para estímulo à diversificação no aparato produtivo.
- Moldar um padrão de especialização científica e tecnológica priorizando educação, saúde, habitação, saneamento, transporte urbano, usos múltiplos da água, energias renováveis, segurança alimentar, mudança de padrões de consumo, processos produtivos, tecnologias e produtos pouco intensivos em recursos naturais e energia.
- Construir nova institucionalidade da pesquisa pública, que leve em consideração a realidade territorial, focada nos elementos imanentes e inerentes ao próprio território, a partir de novo modelo de instituições e ações complementares, participativas e integradas.
- Aumentar a produção anual da aqüicultura em cinco vezes até 2022.
- Aumentar em 50% a captura sustentável da pesca até 2022.
- Dobrar o consumo *per capita* nacional de pescado até 2022.
- Gerar um milhão de empregos na atividade pesqueira até 2022.
- Duplicar a produção agropecuária até 2022.
- Duplicar as exportações agropecuárias até 2022.
- Aumentar a produtividade agropecuária em 50% até 2022.
- Dobrar a renda da agricultura familiar até 2022.
- Alcançar autonomia em fertilizantes até 2022.



Linhas de ação:

- Elevar o dispêndio privado em pesquisa e desenvolvimento para 1% do PIB.

**Responsável:** Empresas privadas. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Elevar o dispêndio total em pesquisa e desenvolvimento para 2,5% do PIB.

**Responsável:** Empresas privadas, Governos Estaduais e Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Dobrar o número de bolsas concedidas pelo CNPq e pela Capes.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Ter 450 mil pesquisadores.

**Responsável:** Empresas privadas, Governos Estaduais e Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Alcançar 5% da produção científica mundial.

**Responsável:** Empresas públicas e privadas e Universidades públicas e privadas.  
**Prazo:** dezembro de 2022.

- Triplicar o número de engenheiros formados.

**Responsável:** Universidades públicas e privadas. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Dominar as tecnologias de microeletrônica e produção de fármacos.

**Responsável:** Empresas públicas e privadas e Universidades públicas e privadas.  
**Prazo:** dezembro de 2022.

- Decuplicar o número de empresas inovadoras.

**Responsável:** Empresas públicas e privadas e Universidades públicas e privadas.  
**Prazo:** dezembro de 2022.

- Duplicar o número de patentes.

**Responsável:** Empresas públicas e privadas e Universidades públicas e privadas.  
**Prazo:** dezembro de 2022.

- Assegurar independência da produção de combustível nuclear.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Dominar as tecnologias de fabricação de satélites e veículos lançadores.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Incentivar o investimento em capital de risco em empresas nascentes na forma de capital-semente.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Criar uma Agência Especial de Seguros (AES), que faça a ponte entre o sistema financeiro e o sistema de inovação, criando condições para que o setor privado canalize recursos para atividades inovativas e para a criação de novas firmas de base tecnológica, realizando um tipo de seguro não-tradicional dos financiamentos dos investimentos privados em P&D.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Implementar o reconhecimento dos depósitos de patentes e seus licenciamentos como critérios importantes de avaliação de produtividade acadêmica.

**Responsável:** Capes. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Criar mecanismos de incentivo à manutenção dos direitos de propriedade dentro do país na implantação de novas linhas de produção em setores fundamentais, como infraestrutura básica, comunicação, biotecnologia, transporte, agricultura e turismo, resultando em benefícios para atores diretamente envolvidos.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Modernizar e investir na ampliação da infraestrutura e dos quadros do INPI.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Replicar e difundir o modelo de agências de inovação para além do ambiente universitário e dos órgãos de fomento à pesquisa, facilitando a participação de pequenas e médias empresas.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Criar um consistente sistema nacional de pesquisa para agricultura que, além da EMBRAPA, inclua as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) e disponha de canais de interação com universidades e escolas técnicas.

**Responsável:** Governos Estaduais. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Induzir o deslocamento das indústrias tradicionais para novos materiais, dado o peso do país em atividades como siderurgia e metalurgia, via técnicas nanotecnológicas, fomentando a pesquisa aplicada e incentivando as principais empresas desses setores a assumir pesquisas em áreas relacionadas a novos materiais.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2022.

- No campo da nanotecnologia aplicada à eletrônica e informática, apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias de *displays*, um dos principais vetores de inovação no complexo eletrônico, para migração da tecnologia CRT (*Cathode Ray Tube*) para LCD (*Liquid Crystal Display*), pelo fomento aos institutos capacitados em nanotecnologia e *displays* já existentes.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Incentivar o desenvolvimento de novos materiais para embalagens de produtos alimentícios, em especial “embalagens inteligentes”, embalagens biodegradáveis, sistemas de acondicionamento, beneficiamento e embalagem de produtos frescos.

**Responsável:** Congresso Nacional. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar o desenvolvimento de aplicações nanotecnológicas em produtos químicos e fármacos, materiais eletrônicos e de comunicações, instrumentação médico-hospitalar, instrumentos de precisão e óticos, automação industrial, agrícola e pecuária e máquinas de escritório.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar pesquisa e desenvolvimento na área de convergência tecnológica de comunicação de voz, dados e imagem (informática, telecomunicações e eletrônica de consumo), com ênfase em componentes semicondutores e digitais e equipamentos multifuncionais.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2022.

- Na área do genoma, em que as realizações do Brasil já são notáveis, financiar expansão de grupos de pesquisa, fixar pesquisadores, ampliar o número de projetos financiados e investir na infraestrutura dos laboratórios.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Na área de parasitologia, em que o país já é líder em pesquisa, financiar expansão e atualização constante da infraestrutura dos grupos de pesquisa, ampliar espaços internacionais de articulação e apoiar ampliação de pesquisa dirigida a doenças negligenciadas.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Ainda no ramo da biotecnologia, apoiar iniciativas em modernas tecnologias moleculares, bioinformática e manutenção de bancos genéticos (ampliação e/ou criação de centros de pesquisas, museus, jardins botânicos) e aplicações na indústria farmacêutica.

**Responsável:** Governo Federal. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Criar sistema nacional de certificação, rastreamento e normalização de produtos de origem sustentável.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Pesquisar cadeias produtivas originais adequadas a cada bioma ou região fitoecológica, combinado à manutenção de registros e patentes sobre suas matérias-primas chave.

**Responsável:** Empresas públicas e privadas e Universidades públicas e privadas.

**Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar Centros de Pesquisa de Excelência no tema alimentos-nutrição-saúde, para enfrentar os problemas graves associados ao duplo fardo de pobreza e má-nutrição (obesidade, diabetes).

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Promover cluster de alimentos funcionais, articulando centros de pesquisa nacionais, empresas nacionais e transnacionais e realizar concertação junto aos atores do setor de oleaginosas para o desenvolvimento de um pólo de nutracêuticos no Brasil.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias de conservação de produtos, transporte frigorificado, buscando minimização de perdas; manutenção da qualidade desejada por tempo maior, fundamental para frutas; infraestrutura de frio; câmaras de resfriamento, privadas e públicas.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar investimentos para montagem de sistema de controle de qualidade em defesa sanitária animal e vegetal, que envolva: pesquisa para produção de kits diagnósticos; rede de laboratórios de controle de qualidade credenciados internacionalmente; certificação de produtos e processos; elaboração de protocolos de rastreamento e segregação da produção; reforço e capacitação de organismos de fiscalização.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Privilegiar a pesquisa agropecuária regionalmente especializada, centrada na busca de singularidades e diferenciações de produtos que configurem vantagens de origem para alavancar a produção de riqueza nos territórios. Essas singularidades podem ser

decorrentes de especificidades edafoclimáticas, culturais e de organização social que permitam configurar produto diferenciado com qualidade certificada e rastreável quanto àquele atributo.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Desenvolver amplo programa de pesquisa pública multidisciplinar, focada no território, sobre complementaridade de produtos e processos na agricultura, incluindo a dimensão das logísticas.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar projetos articulando pesquisa, extensão, comercialização e agroindustrialização nos marcos de uma orientação agroecológica, de manejo integrado de recursos naturais, de acordo com critérios de formação de parcerias interinstitucionais e multidisciplinares.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Desenvolver e implementar o uso de tecnologias de adensamento da pecuária bovina, com utilização de técnicas de integração lavourapecuária, podendo-se gerar área adicional de 3 milhões de hectares, necessária para atender crescimento das exportações brasileiras de grãos e oleaginosas, sem provocar o desmatamento da floresta amazônica.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

- Apoiar pesquisas em insumos agropecuários mais limpos e/ou orgânicos, controle biológico de pragas e processos de produção de alimentícios saudáveis, isentos de químico-sintéticos.

**Responsável:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Prazo:** dezembro de 2015.

## 5. EDUCAÇÃO

### Princípio básico:

Universalizar o acesso a serviços de qualidade em Educação, sem distinção por renda familiar.

### Pontos de estrangulamento:

- Qualidade dos serviços de educação estratificada de acordo com a renda familiar.
- Baixo investimento público em Educação comparado com países avançados.
- Dificuldade de identificar desvios e ineficiências na aplicação de recursos antes que eles aconteçam.
- Precariedade das instalações físicas.
- Baixa remuneração dos profissionais da Educação.

### Metas:

- Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB em 2020.
- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos,.
- Ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.
- Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.
- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.
- Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.
- Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.
- Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015.
- Erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto.
- Reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
- Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.
- Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
- Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
- Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.



- Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.
- Assegurar, até 2015, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.
- Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.
- Triplicar o número anual de engenheiros formados até 2022.

Linhas de ação:

- Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

**Responsável:** Sociedade, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. **Prazo:** 2020.

- Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.

**Responsável:** Sociedade, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. **Prazo:** 2015.

- Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

**Responsável:** Sociedade, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. **Prazo:** 2015.

- Redimensionar a oferta de ensino nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino. **Prazo:** 2015.

- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo a abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino. **Prazo:** 2015.

- Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino. **Prazo:** 2015.

- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino. **Prazo:** 2015.

- Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado leis específicas de planos de carreira para os profissionais da educação e prevendo a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho e a processos que garantam a participação da comunidade escolar preliminares à nomeação comissionada de diretores escolares.

**Responsável:** Sociedade, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. **Prazo:** 2020.

- Estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino. **Prazo:** 2015.

- Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino. **Prazo:** 2015.

- Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

**Responsável:** Governos Estaduais e Governo Federal. **Prazo:** 2022.

- Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

**Responsável:** Direções das entidades de ensino superior. **Prazo:** 2015.

## **6. SEGURIDADE SOCIAL**

O gasto governamental com saúde no Brasil está em patamar bem inferior ao encontrado em países desenvolvidos. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), dentre 191 países pesquisados, o Brasil é apenas o 78º em gastos por indivíduo, considerada a paridade por poder de compra. Nos EUA, o gasto é 735% superior; no Canadá, 568%; na Itália, 443%; na Argentina, 113%. Também é baixo o número de médicos e enfermeiros por habitante, quando comparado ao número em países desenvolvidos, ou mesmo entre alguns vizinhos da América Latina. As equipes de Saúde da Família cobrem apenas 52,75% da população.

A previdência social apresentou um déficit de cerca de R\$ 66,7 bilhões em 2009, sendo R\$ 42,9 bilhões do Regime Geral, administrado pelo INSS, e R\$ 23,8 bilhões do Regime Próprio dos Servidores Públicos. A taxa de cobertura, em 2010, foi de 67%.

Segundo dados da PNAD, em 2009, 35,3% da população brasileira viviam com menos de ½ salário mínimo, considerados em situação de pobreza. Aqueles com renda inferior a ¼ do salário mínimo somavam 17,4% da população.

### Princípio Básico:

Assegurar a universalidade, integralidade e qualidade nos serviços de saúde, a sustentabilidade dos regimes previdenciários e a assistência social a quem dela necessitar.

### Pontos de Estrangulamento:

- Acesso a serviços de saúde estratificados de acordo com a renda.
- Má gestão dos recursos, materiais e humanos, destinados à saúde.
- Baixo volume de gastos em saúde, em comparação a países desenvolvidos.
- Alto custo da formalização do emprego.

### Metas

- Erradicar a extrema pobreza.
- Reduzir à metade a mortalidade infantil e materna.
- Universalizar o programa de saúde da família.
- Profissionalizar a gestão dos recursos da saúde.
- Zerar o déficit da Previdência Social.

### Linhas de ação

- Duplicar os gastos em saúde.

**Responsável:** Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Saúde. **Prazo:** 2015.

- Implantar a previdência complementar para o servidor público.

**Responsável:** Ministério da Previdência Social **Prazo:** 2014.

- Propor a transição do regime geral para o regime de capitalização e transferir os benefícios sem contrapartida para a assistência social.

**Responsável:** Ministérios da Previdência Social e Desenvolvimento Social **Prazo:** 2014.

## **7. ESTADO, FEDERALISMO E GESTÃO**

A crise de representatividade no Congresso Nacional, aliada à captação do Estado por interesses particulares ou de pequenas coletividades bem organizadas, ameaçam o Estado Democrático de Direito, ao passo que fraudam a legitimidade da ação Estatal e levam à descrença no respeito às leis e autoridades estabelecidas.

De acordo com o censo do IBGE de 2010, dos 5.565 municípios, apenas 1.651, ou 29,67% dos municípios, contavam com mais de 20 mil habitantes. Acontece que 82,88% da população brasileira estão concentrados justamente nesses municípios. São 3.914 municípios com menos de 20 mil habitantes.

Ao adotarmos como meta a profissionalização dos serviços públicos e maior eficiência na alocação dos gastos, nos parece evidente a necessidade de reforma do pacto federativo, no sentido de diminuir o custo burocrático e administrativo dos pequenos municípios. É preciso destacar que, para manter o Poder Legislativo nesses municípios (são, no mínimo, 9 vereadores), são gastos, anualmente, não menos do que R\$ 2 bilhões. Por outro lado, será possível fortalecer ações centrais de promoção do desenvolvimento e de ordenação do território, acelerando o processo de diminuição das desigualdades regionais.

### Princípio Básico:

Dotar o Estado de legitimidade e profissionalismo, garantindo eficácia, eficiência e segurança à ação pública.

### Pontos de Estrangulamento:

- Descrédito do sistema político-partidário e em especial do Poder Legislativo.
- Loteamento partidário e amador dos altos cargos da administração pública.
- Desvalorização e esvaziamento de carreiras essenciais ao desenvolvimento.
- Desvantagem comparativa em contratações e compras em relação ao setor privado.
- Desequilíbrio federativo: mais de 70% do total de municípios tem menos de 20 mil habitantes e reúne menos de 18% da população brasileira.
- Descrédito do sistema repressivo do Estado, com a crise do sistema penitenciário, da capacidade investigativa, persecutória, de julgamento e execução penal.
- Cultura de desrespeito às leis, regras e às autoridades estabelecidas.

### Metas:

- Aperfeiçoar o arranjo federativo para a implementação de políticas públicas.

- Utilizar de forma estratégica o poder de compra e financiamento do Estado.
- Construir uma nova arquitetura institucional do gasto público.
- Modernizar o funcionamento da administração pública.
- Garantir gestão eficaz e eficiente dos recursos humanos federais.
- Reduzir pela metade o número de homicídios.
- Lograr excelência nas investigações criminais e na perícia técnica e científica.
- Reduzir à metade o número de detidos sem sentença.

#### Linhas de Ação

- Apresentar Projeto de Emenda Constitucional para implantar o voto distrital.

**Responsável:** Presidência da República. **Prazo:** 2013.

- Apresentar Projeto de Emenda Constitucional, limitando a autonomia municipal a municípios com mais de 20 mil habitantes.

**Responsável:** Presidência da República. **Prazo:** 2013.

- Apresentar minuta de Projeto de Lei para implantar carreira única no serviço público, com graduações em virtude do nível de formação exigida, e gratificação para funções/situações específicas, profissionalizando a movimentação e o preenchimento de cargos de chefia.

**Responsável:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Prazo:** 2021.

- Reduzir o número de ministérios e cargos de confiança.

**Responsável:** Presidência da República. **Prazo:** 2013.

- Disponibilizar recursos para eliminar o déficit de vagas no sistema penitenciário.

**Responsável:** Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. **Prazo:** 2015.

- Propor arcabouço legislativo para a implementação da gestão por resultados na administração pública, adequando as regras de contratação e compras e os parâmetros dos órgãos de controle.

**Responsável:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Prazo:** 2015